

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 29 de Março de 2016.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 29 de Março de 2016.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Autopista Planalto Sul
S.A.

Demonstrações Financeiras referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e
relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membros, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour
Contador
CRC nº 1 SP 156465/O-9

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.891	8.052	Empréstimos e financiamentos	12	22.735	18.030
Contas a receber	7	5.142	5.641	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	22.229	16.823
Contas a receber - partes relacionadas	15	20	450	Debêntures	13	-	15.999
Estoques		-	888	Fornecedores	14	11.424	21.226
Despesas antecipadas		1.413	874	Obrigações sociais		3.537	2.943
Impostos a recuperar		2.581	1.868	Obrigações fiscais		1.873	2.524
Adiantamentos para novos projetos		-	-	Contas a pagar - partes relacionadas	15	3.566	15.111
Dividendos a receber		-	-	Cauções contratuais		8.794	5.730
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	Taxa de fiscalização		242	224
Outros créditos		111	885	Dividendos propostos		-	-
Total dos ativos circulantes		<u>16.158</u>	<u>18.658</u>	Credores pela concessão		-	-
				Provisão para contingências		-	-
NÃO CIRCULANTES				Provisão para manutenção em rodovias		-	-
Aplicações financeiras vinculadas		7.487	8.251	Provisão para investimentos em rodovias	16	1.217	5.084
Impostos a recuperar		-	-	Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)		-	-
Contas a receber - partes relacionadas		-	-	Sinistros Recebidos		-	-
Despesas antecipadas		113	-	Outras contas a pagar		1.473	277
Cauções contratuais - partes relacionadas		-	-	Total dos passivos circulantes		<u>77.090</u>	<u>103.971</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	33.866	12.715	NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	16	18.019	16.988	Empréstimos e financiamentos	12	319.386	285.878
Outras contas a receber		-	-	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	206.608	160.075
Investimentos em controladas e coligadas		-	-	Debêntures	13	119.374	(167)
Imobilizado	9	1.349	1.389	Fornecedores		-	-
Intangível	10	906.824	747.252	Contas a pagar - partes relacionadas		-	-
Diferido	11	5.471	7.267	Credores pela concessão		-	-
Total dos ativos não circulantes		<u>973.129</u>	<u>793.862</u>	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	120	364
				Receita diferida		-	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
				Provisão para manutenção em rodovias		41.049	34.013
				Provisão para investimentos em rodovias		3.434	-
				Outras contas a pagar		302	-
				Total dos passivos não circulantes		<u>690.273</u>	<u>480.163</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	282.818	247.818
				Reservas de lucros		(60.894)	(19.432)
				Ajuste do patrimônio líquido - variação Cambial no capital		-	-
				Total do patrimônio líquido		<u>221.924</u>	<u>228.386</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>989.287</u></u>	<u><u>812.520</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>989.287</u></u>	<u><u>812.520</u></u>

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota	Somase	31/12/2015	31/12/2014
	<u>explicativa</u>			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18		279.373	302.810
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19		(275.786)	(272.329)
OUTRAS RECEITAS				
Equivalência patrimonial		25	-	-
LUCRO BRUTO			<u>3.587</u>	<u>30.481</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Pessoal		27	(5.876)	(4.632)
Serviços de terceiros		28	(1.937)	(1.800)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis		29	(55)	(128)
Consumo		30	(595)	(607)
Transportes		31	(307)	(239)
Seguros/Garantias		32	(2)	(8)
Provisão para Contingências		18c + 18d	(114)	(615)
Despesas com Comunicação e Marketing		18e	(502)	(464)
Depreciação e amortização		33	(823)	(792)
Outros		18x + 18b	<u>(1.704)</u>	<u>(2.119)</u>
Gerais e administrativas	19		(11.915)	(11.404)
Remuneração da Administração	15		(1.073)	(872)
Tributárias		34	-	-
Amortização do ágio em investimentos		47	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		36	-	34
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			(9.401)	18.239
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	20		5.974	5.925
Despesas financeiras	20		(59.186)	(36.507)
Variação cambial, líquida		46	<u>-</u>	<u>-</u>
			(53.212)	(30.582)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			<u>(62.613)</u>	<u>(12.343)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	22	48	-	-
Diferidos	22	49	21.151	4.193
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			<u>(41.462)</u>	<u>(8.150)</u>
LUCRO ATRIBUÍDO A				
Participação de controladores			<u>(41.462)</u>	<u>(8.150)</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23		<u>(0,1660)</u>	<u>(0,0408)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(41.462)	(8.150)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(41.462)</u></u>	<u><u>(8.150)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	167.818	254	-	(11.536)	156.536
Aumento de capital	80.000	-	-	-	80.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.150)	(8.150)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	247.818	254	-	(19.686)	228.386
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	247.818	254	-	(19.686)	228.386
Aumento de capital	35.000	-	-	-	35.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(41.462)	(41.462)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	282.818	254	-	(61.148)	221.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	109.116	115.028
Receita dos serviços de construção	179.400	197.213
Outras receitas	384	605
	<u>288.900</u>	<u>312.846</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(37.603)	(38.068)
Custo dos serviços de construção	(179.400)	(197.213)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.470)	(2.475)
Custo da concessão	(5.666)	(5.288)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(4.908)	(3.464)
Outros	(2.206)	(3.085)
	<u>(232.253)</u>	<u>(249.593)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>56.647</u>	<u>63.253</u>
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(38.533)	(21.094)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>18.114</u>	<u>42.159</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	5.974	5.925
Dividendos recebidos	-	-
Juros capitalizados	16.668	7.341
Outros	-	-
	<u>22.642</u>	<u>13.266</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>40.756</u>	<u>55.425</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	10.416	7.915
Benefícios	3.202	2.152
FGTS	874	660
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	(14.631)	2.215
Estaduais	-	-
Municipais	5.483	5.782
Outros	-	-
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	27.466	14.346
Juros capitalizados BNDES	8.393	7.341
Juros capitalizados Debêntures	7.489	-
Aluguéis	1.046	1.001
Outras	3.218	2.370
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	28.476	19.793
Juros capitalizados sobre Mútuos	786	-
Integralização de Capital		
Dividendos	-	-
Lucro do exercício	(41.462)	(8.150)
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>40.756</u>	<u>55.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(41.462)	(8.150)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Fluxo operacional - resultados que não afetam caixa		
Depreciações e amortizações	38.533	21.094
Baixa de ativos permanentes	-	1.108
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.151)	(4.193)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(1.076)	(636)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	28.476	19.793
Juros e variações monetárias de empréstimos	20.470	12.586
Juros e variações monetárias de debêntures	6.705	1.760
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.695	1.321
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	114	235
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	4.908	3.464
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	499	(962)
Contas a receber - partes relacionadas	430	-
Estoques	888	(304)
Despesas antecipadas	(652)	(143)
Impostos a recuperar	(535)	(584)
Outros créditos	774	(316)
Depósitos judiciais	(1.031)	(16.831)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(4.480)	(17.517)
Fornecedores - partes relacionadas	58	9.089
Cauções contratuais de fornecedores	579	1.986
Obrigações sociais	594	(102)
Obrigações fiscais	(981)	658
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(121)
Outras contas a pagar	1.498	(403)
Taxa de Fiscalização	18	-
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(358)	(486)
Despesas antecipadas sobre empréstimos	(1.870)	304
Pagamento de juros - federais	(38.225)	(19.667)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(5.582)	2.983
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(339)	(506)
Aquisições de itens do intangível	(193.372)	(168.875)
Aplicação financeira vinculada	(1.618)	(6.126)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	3.280	4.719
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(192.049)	(170.788)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	52.317	76.927
Pagamentos	(12.494)	(12.983)
Emissão de debêntures	107.547	-
Pagamentos de debêntures - principal	(13.900)	-
Captações de empréstimos empresas ligadas	53.000	-
Pagamentos de principal - empresas ligadas	(25.000)	-
Pagamentos de juros - empresas ligadas	-	(2.969)
Aumento de Capital	35.000	80.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	196.470	140.975
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.161)	(26.830)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(8.052)	(34.882)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	(6.891)	(8.052)

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 |

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

2. CONCESSÕES

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 kms de duplicações de rodovia.
- 48,3 kms de terceiras faixas.
- 13,72 kms de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.

- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo ou variável.

Os principais compromissos firmados pela concessionária decorrentes do contrato de concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$31.690 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- h) A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em [31 de dezembro de 2015], o montante de [R\$282.911 (R\$438.435 em 31 de dezembro de 2014)] referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de [R\$267.868 (R\$249.832 em 31 de dezembro de 2014)] referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a [31 de dezembro de 2015] poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Algumas Sociedades do grupo celebraram o Termo de Ajuste de Conduta - ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

A Sociedade informa que continua com as negociações para firmar nos próximos meses, em condições semelhantes, um termo de ajuste com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovado Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

Instrumentos financeiros passivos

Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas

no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção da rodovia em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	1.362	5.220
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	1.217	5.084
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(145)</u>	<u>(136)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	3.748	-
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	3.434	-
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(314)</u>	<u>-</u>
 Provisão para manutenção em rodovias - real	47.123	38.351
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	41.049	34.013
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.074)</u>	<u>(4.338)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº17.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(2)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(3)

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.
Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)	As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	666	479
Aplicações financeiras (*)	<u>6.225</u>	<u>7.573</u>
Total	<u><u>6.891</u></u>	<u><u>8.052</u></u>

(*)Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	2.195	2.292
Debêntures compromissadas	856	370
Fundos de investimentos	<u>3.174</u>	<u>4.911</u>
Total	<u><u>6.225</u></u>	<u><u>7.573</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDBs, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito, as quais foram remuneradas em média em 90% da variação do CDI para CDBs, 75% da variação do CDI para Debêntures compromissadas e 101,19% da variação do CDI para Fundos de investimentos.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	4.695	5.307
Cartões de pedágio a receber	269	275
Receitas acessórias a receber	<u>178</u>	<u>59</u>
Total	<u><u>5.142</u></u>	<u><u>5.641</u></u>

(*) Conforme nota explicativa [nº 24.c].

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em [31 de dezembro de 2015]. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	79.806	25.844
Provisão de participação nos lucros	1.273	1.095
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	120	364
Provisão para manutenção	41.049	34.013
Ajuste dos encargos financeiros	1.045	1.159
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.390	-
Estorno de capitalização de juros	<u>66</u>	<u>66</u>
Base de cálculo	<u><u>99.606</u></u>	<u><u>37.398</u></u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>33.866</u></u>	<u><u>12.715</u></u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2017	1.544
2018	1.609
2019	1.676
2020	1.746
A partir de 2021	27.291
	<u>33.866</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$7.487 e em 31 de dezembro de 2014 de R\$8.251, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,98% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2013	564	290	245	309	491	56	1.955
Adições	53	105	-	55	296	5	514
Transferências / Reclassificações	61	-	-	-	-	(61)	-
Alienações/baixas	-	(1)	(62)	-	(1)	-	(64)
Saldo em 31.12.2014	678	394	183	364	786	-	2.405
Adições	5	11	-	20	192	-	228
Saldo em 31.12.2015	683	405	183	384	978	-	2.633
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(213)	(210)	(108)	(66)	(180)	-	(777)
Depreciações	(63)	(54)	(39)	(36)	(65)	-	(257)
Alienações/baixas	-	-	18	-	-	-	18
Saldo em 31.12.2014	(276)	(264)	(129)	(102)	(245)	-	(1.016)
Depreciações	(65)	(37)	(37)	(39)	(90)	-	(268)
Saldo em 31.12.2015	(341)	(301)	(166)	(141)	(335)	-	(1.284)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	402	130	54	262	541	-	1.389
Saldo em 31.12.2015	342	104	17	243	643	-	1.349
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	507.594	505	91.056	1.900	601.055
Adições	1.619	287	201.766	940	204.612
Transferências / Reclassificações	139.626		(136.813)	(2.813)	-
Alienações/baixas	-	-	(1.062)	-	(1.062)
Saldo em 31.12.2014	648.839	792	154.947	27	804.605
Adições	598		195.429	14	196.041
Transferências / Reclassificações	102.773	-	(102.734)	(39)	-
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(37.926)	(374)	-	-	(38.300)
Amortizações	(18.977)	(76)	-	-	(19.053)
Saldo em 31.12.2014	(56.903)	(450)	-	-	(57.353)
Amortizações	(36.374)	(95)	-	-	(36.469)
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	591.936	342	154.947	27	747.252
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoa/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(12.361)</u>	<u>(10.565)</u>
	<u>5.471</u>	<u>7.267</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	22.735	18.030
			<u>22.735</u>	<u>18.030</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	268.378	285.878
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,62% a.a.	março/2027	34.834	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	IPCA + 8,99% a.a.	janeiro/2027	16.174	-
			<u>319.386</u>	<u>285.878</u>
Total			<u>342.121</u>	<u>303.908</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em [31 de dezembro de 2015], as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	23.455
2018	27.558
2019	32.319
2020	34.961
A partir de 2021	201.093
	<u>319.386</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência do contrato de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação do contrato, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de quinze por cento da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.

3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:

3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.

3.2 Aos mútuos concedidos à concessionária por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.

3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.

h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.

j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

(a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo econômico.

- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

A Sociedade apresentou seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no item “h” acima a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do contrato, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- f) Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a vinte e cinco por cento do saldo devedor perante o BNDES, em até noventa dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de sessenta dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de doze meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até sessenta dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	julho/2015	-	-	16.011	-
2ª emissão (b)	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dezembro/2025	-	120.472	-	-
	<u>11.390</u>			<u>-</u>	<u>120.472</u>	<u>16.011</u>	<u>-</u>
Custo de transação				-	(1.098)	(12)	(167)
Total				<u>-</u>	<u>119.374</u>	<u>15.999</u>	<u>(167)</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures de 4 de outubro de 2013 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures de 15 de dezembro de 2014 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma. |

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	04.10.2013	13.900	08.10.2013	13.900
2ª emissão	15.12.2014	100.000	08.04.2015	100.000
		<u>113.900</u>		<u>113.900</u>

|A Sociedade quitou integralmente a 1ª emissão de debêntures na data de 6 de julho de 2015 conforme previsto no contrato.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga anualmente no dia 15 de dezembro, a partir de 2016 na razão de 25% do saldo na data de vencimento, o restante será incorporado ao principal da dívida. Para os anos de 2017 e 2018 os pagamentos ocorrerão à razão de 60% em cada ano de vencimento e o saldo remanescente incorporado ao principal da dívida. A partir do ano de 2019 os juros passarão a ser pagos anualmente junto com principal no dia 15 de dezembro de cada ano até a data de seu vencimento conforme o cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão. |

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	2.036
2020	11.993
A partir de 2021	<u>105.345</u>
	<u><u>119.374</u></u>

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$11.424 (R\$21.226 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber:		
Autopista Litoral Sul S.A. (a)	7	-
Arteris S.A (b)	13	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (c)	-	450
Total	<u>20</u>	<u>450</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (e)	22.229	16.823
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	473	332
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	3.093	12.254
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (b)	-	2.521
Autopista Regis Bittencourt S.A. (a)	-	4
Total	<u>25.795</u>	<u>31.934</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos Arteris S.A. (e)	176.898	160.075
Debêntures:		
Debentures Arteris S.A. (d)	29.710	-
Total	<u>206.608</u>	<u>160.075</u>

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	(28.476)	(3.642)	-	(19.793)	-
Autopista Litoral Sul S.A.	-	-	(7)	-	-	(2)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda	(1.556)	-	-	(1.665)	-	-
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	(3)	-	-	(1)
Intervias S.A.	-	-	(1)	-	-	-
Vianorte S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Autopista Régis Bittencourt S.A.	-	-	-	-	-	(34)
Total	<u>(1.556)</u>	<u>(28.476)</u>	<u>(3.653)</u>	<u>(1.665)</u>	<u>(19.793)</u>	<u>(38)</u>

- (a) Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017 e 19 de agosto de 2017 respectivamente.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
30.03.2015	29.03.2017	CDI + 1,40% a.a.	8.000	772	-
19.08.2015	19.08.2017	CDI + 1,50% a.a.	20.000	938	-
			<u>28.000</u>	<u>1.710</u>	<u>-</u>

- (e) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de [dezembro de 2016] e do principal a partir de [dezembro de 2017], conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	6.814	5.209
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	11.072	8.464
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	13.627	10.417
28.01.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	8.663	4.847
19.04.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	11.380	6.123
27.09.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	5.578	2.678
30.12.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	4.993	2.160
			<u>137.000</u>	<u>62.127</u>	<u>39.898</u>

Em 20 de abril de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 20 de março de 2015, sendo o valor de R\$5.000 correspondente ao principal e R\$39 referente a juros.

Em 26 de maio de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 26 de janeiro de 2015, sendo o valor de R\$13.000 correspondente ao principal e R\$438 referente a juros.

Em 19 de maio de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 19 de fevereiro de 2015, sendo o valor de R\$15.000 correspondente ao principal e R\$374 referente a juros.

No decorrer do [exercício findo em 31 de dezembro de 2015], a Sociedade reconheceu o montante de [R\$1.073 e (R\$872) em 31 de dezembro de 2014], a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de [R\$1.273 e R\$1.095].

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o [exercício] findo em [31 de dezembro de 2015] é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	289	276	(380)	(106)	79
Trabalhistas	75	267	(49)	(252)	41
Total	<u>364</u>	<u>543</u>	<u>(429)</u>	<u>(358)</u>	<u>120</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	305	612	(147)	(481)	289
Trabalhistas	310	109	(339)	(5)	75
Total	<u>615</u>	<u>721</u>	<u>(486)</u>	<u>(486)</u>	<u>364</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. [Tais processos representam o montante de R\$343 e não apresentavam provisões em 31 de dezembro de 2014.]

Os depósitos judiciais nos montantes de [R\$18.019 em 31 de dezembro de 2015 (R\$16.988 em 31 de dezembro de 2014)] classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como

possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em [31 de dezembro de 2015] é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	5.084	34.013	-
Adições/Reversões	-	4.908	-
Ajuste a valor presente	-	2.128	(433)
Transferências	(3.867)	-	3.867
Saldo em 31.12.2015	<u>1.217</u>	<u>41.049</u>	<u>3.434</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	5.163	29.381
Adições/Reversões	-	3.464
Utilizações	(232)	-
Ajuste a valor presente	153	1.168
Saldos em 31.12.2014	<u>5.084</u>	<u>34.013</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$282.818 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$247.818. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	284.614.544	284.614.544	100%

	31.12.2014		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	242.629.494	242.629.494	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de setembro de 2015 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$10.000 mediante a emissão de 11.627.907 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de outubro de 2015 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$15.000 mediante a emissão de 17.857.143 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de dezembro de 2015 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$10.000 mediante a emissão de 12.500.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do e, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	109.116	115.028
Receita de serviços de construção	179.400	197.213
Outras receitas (*)	384	605
	<u>288.900</u>	<u>312.846</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	288.900	312.846
ISSQN	(5.473)	(5.777)
PIS	(719)	(1.409)
COFINS	(3.335)	(2.850)
Receita líquida	<u>279.373</u>	<u>302.810</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(5.876)	(4.632)
Serviços de terceiros	(1.937)	(1.800)
Manutenção de bens e conservação	(55)	(128)
Depreciação / Amortização	(823)	(792)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(114)	(235)
Seguros/Garantias	(2)	(8)
Consumo	(595)	(607)
Transportes	(307)	(239)
Comunicação e Marketing	(502)	(464)
Viagens e estadias	(312)	(377)
Publicações legais	(144)	(114)
Impostos, taxas e cartório	(74)	(38)
Outros	(1.174)	(1.970)
Total	<u>(11.915)</u>	<u>(11.404)</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(179.400)	(197.213)
Com pessoal	(9.918)	(7.372)
Serviços de terceiros	(18.398)	(19.886)
Conservação	(13.897)	(14.048)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(967)	(773)
Consumo	(2.537)	(2.079)
Transportes	(2.053)	(1.600)
Verba de Fiscalização	(2.794)	(2.615)
Seguros / Garantias	(2.093)	(1.947)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.908)	(3.464)
Depreciação / Amortização	(37.710)	(20.302)
Outros	(1.111)	(1.030)
Total	<u>(275.786)</u>	<u>(272.329)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	1.029	2.133
Aplicações financeiras	4.242	3.682
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	643	-
Outras receitas	60	110
Total	<u>5.974</u>	<u>5.925</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(55.651)	(34.071)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.338)	(1.321)
Outras despesas	(1.197)	(1.115)
Total	<u>(59.186)</u>	<u>(36.507)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa [nº 5].

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	20.290	30.552
Juros capitalizados	16.668	7.341
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(34.443)	(2.148)

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos [trimestres] findos em [31 de dezembro de 2015 e de 2014] é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(62.613)	(12.343)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	21.288	4.197
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	(137)	(4)
Despesa contabilizada	<u>21.151</u>	<u>4.193</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	21.151	4.193

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do exercício	(41.462)	(8.150)
Número de ações durante o ano	<u>249.761</u>	<u>199.699</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,16601)</u>	<u>(0,04081)</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	31.12.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	6.891	8.052
Aplicações financeiras	7.487	8.251
Partes relacionadas	20	450
Contas a receber clientes	5.142	5.641
Outras contas a receber	111	885
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	20.218	26.956
Empréstimos e financiamentos	342.121	303.908
Debêntures	119.374	15.832
Partes relacionadas	232.403	192.009
Taxa de fiscalização	242	224
Outras contas a pagar	1.775	277

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em [31 de dezembro de 2015], a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em [31 de dezembro de 2015], a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(29.786)	(33.661)	(37.485)	(25.858)
Receita de aplicações (*)	2.187	2.734	3.281	1.640
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%
Juros a incorrer (*)	(30.889)	(31.377)	(31.862)	(30.399)
IPCA	7,44%	9,30%	11,16%	5,58%
Juros a incorrer (*)	(19.482)	(21.754)	(24.023)	(17.209)
Juros a incorrer (*)	(77.970)	(84.058)	(90.089)	(71.826)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em [31 de dezembro de 2015] a Sociedade apresentava valores a receber de [R\$4.695 (R\$5.307 em [31 de dezembro de 2014]) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas

obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures - IPCA	18,26%	-	-	-	18.849	414.443	433.292
BNDES Automático	9,60%	43.218	46.927	55.459	61.784	436.023	643.411
Total		<u>43.218</u>	<u>46.927</u>	<u>55.459</u>	<u>80.633</u>	<u>850.466</u>	<u>1.076.703</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em [31 de dezembro de 2015], as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	53.951
(*)	Por sinistro	

27. EVENTO SUBSEQUENTE

[A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 05 de janeiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 6.540.222 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de janeiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$8.000 mediante a emissão de 10.624.670 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 05 de fevereiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 6.596.306 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de fevereiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$12.000 mediante a emissão de 16.216.216 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 07 de março de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$3.000 mediante a emissão de 4.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de março de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$12.000 mediante a emissão de 16.085.791 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 006/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba - PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, uma das nove concessionárias do Grupo Arteris S.A., é responsável por administrar e conservar a rodovia BR-116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa média R\$
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	4,12
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	4,12
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	4,12
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	4,12
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	4,12

EVENTOS RELEVANTES

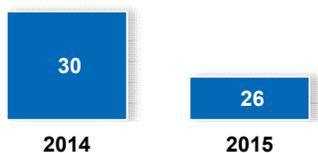
No ano de 2015 a Companhia concluiu obras importantes constantes no contrato de concessão das quais podemos destacar a conclusão do Trevo com Passagem Inferior no KM 128+600 e Trevo em Desnível no KM 127+600 em Fazenda Rio Grande - PR; Implantação de intersecção em desnível Vila Pompéia KM 117 em Curitiba - PR; Implantação de Trevo em Desnível no KM 131+800 em Mandirituba - PR; e Melhoria de Intersecção no KM 001+200 em Mafra - SC.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

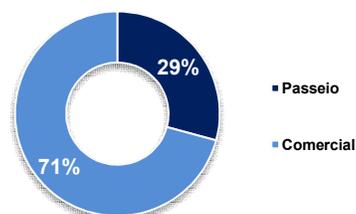
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 29 milhões de veículos equivalentes em 2015, registrando redução de 1 milhão de veículos equivalentes em relação ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em 2015 além da deterioração no ambiente econômico do país, entrou em vigor em março de 2015 a lei 13.103 - A Lei dos caminhoneiros - que isentou o eixo suspenso para os caminhões que transitarem vazios. O efeito dessa lei que reduziu o tráfego pagante será reequilibrado em tarifa na revisão ordinária contratual.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

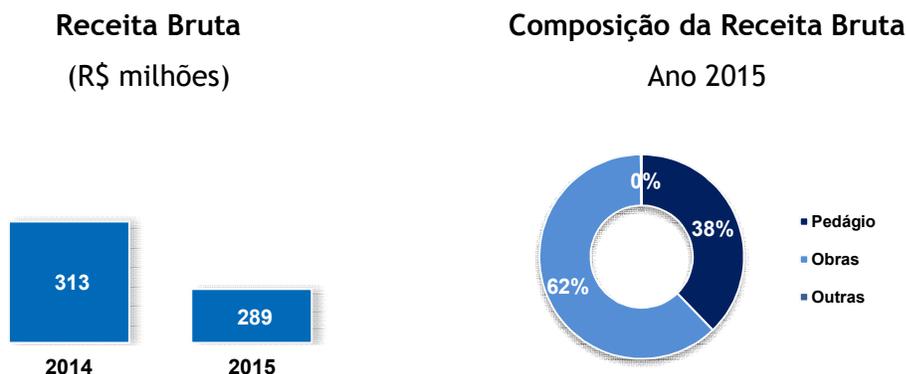


Composição do Tráfego
Ano 2015



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$288,9 milhões em 2015, apresentando redução de 7,7% na comparação com os R\$ 313 milhões registrados no exercício de 2014.



A receita de pedágio reduziu 5,1%, passando de R\$115 milhões em 2014 para R\$109,1 milhões em 2015. Apesar do reajuste da tarifa de pedágio ocorrido em dezembro de 2014, foi registrado receita menor em relação ao exercício anterior devido principalmente a queda no tráfego ocasionada pelo desaquecimento da economia, e a lei dos caminhoneiros que isentou a cobrança de pedágio para eixos suspensos. O efeito da lei dos caminhoneiros será reequilibrado na tarifa conforme mencionado anteriormente.

A receita de obras registrou redução de R\$ 17,8 milhões, representando um decréscimo de 9,0%, passando de R\$197,2 milhões em 2014 para R\$179,4 milhões em 2015. A receita de obras varia em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão. Para o ano de 2015 havia volume menor de obras a realizar se comparado com o exercício de 2014.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$384 mil em 2014 representando decréscimo R\$221 mil. Essa redução se deve principalmente a faturamentos pontuais no exercício de 2014 que elevaram as receitas daquele ano. No ano de 2015 não houveram novos contratos relevantes e também não ocorreram faturamentos pontuais.

No ano de 2015, a Companhia obteve receita líquida de R\$279,3 milhões, R\$23,4 milhões menor em relação a 2014.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(179,4)	(197,2)	-9%
Serviços de terceiros	(20,3)	(22,7)	-10,6%
Pessoal	(15,8)	(12,0)	31,7%
Provisão p/ manutenção em rodovia	(4,9)	(3,5)	40,0%
Conservação	(13,9)	(14,8)	-6,1%
Taxa de fiscalização	(2,8)	(2,6)	7,7%
Seguros e garantias	(2,1)	(1,9)	10,5%
Remuneração da Administração	(1,1)	(0,9)	22,2%
Consumo	(0,6)	(1,8)	66,7%
Outros	(9,4)	(6,1)	54,1%
Custos e despesas	(250,3)	(263,5)	-5,0%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram redução de 5,0% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Na rubrica “Serviços de terceiros” houve redução de 10,6% em relação a igual período do ano anterior devido principalmente a Companhia haver substituído os serviços de arrecadação terceirizados por mão-de-obra própria a partir do mês de abril/2015. A economia só não foi maior nessa rubrica em função dos reajustes contratuais dos serviços de guincho e atendimento pré-hospitalar que tem seus reajustes atrelados ao IPCA;
- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 7,0%, aumento de custos ocasionado pelo processo de internalização dos arrecadadores de pedágio;
- Aumento de R\$1,4 milhões em “Provisão para manutenção em rodovia” em razão da revisão da previsão de execução de manutenção conforme o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Conservação da rodovia apresentou redução de 6,1% devido a custos menores de conservação de drenagem, manutenção elétrica e pavimento devido a investimentos

realizados no exercício que reduziram necessidade de conservação. Redução dos custos com serviços emergenciais tais como desobstrução de pista e contenção de terraplenos. Por outro lado incorremos em custos maiores com conservação da faixa de domínio na realização de roçadas e limpeza da faixa em geral;

- O aumento nos custos com fiscalização é atrelado ao índice de reajuste da tarifa básica de pedágio;
- Outros custos registraram aumento devido principalmente despesas maiores com manutenção de equipamentos, combustíveis, reajustes de energia elétrica e materiais de consumo.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receita líquida	279,4	302,8	-7,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(250,3)	(263,5)	-5,0%
EBITDA ¹	29,1	39,3	-26,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovia	4,9	3,5	40,0%
EBITDA Ajustado	34,0	42,8	-20,6%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovia, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2015 em R\$34,0 milhões, com uma redução de 20,6% em relação ao exercício anterior. Essa redução é devida principalmente a menor receita de pedágio registrada no exercício de 2015, e aumentos de custos tais como energia elétrica, combustíveis entre outros.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	6,0	5,9	1,7%
Despesas Financeiras	(59,2)	(36,5)	62,2%
Resultado Financeiro Líquido	(53,2)	(30,6)	73,9%

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$53,2 milhões, 73,9% maior em relação ao ano de 2014.

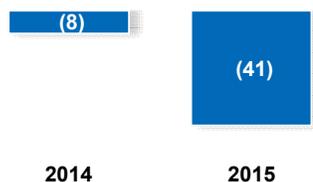
As receitas financeiras apresentaram acréscimo de 1,7%, que correspondeu a R\$0,1 milhão, este incremento está diretamente relacionado ao aumento do saldo médio das aplicações financeiras no ano de 2015 e reconhecimento de atualização monetária dos depósitos judiciais.

As despesas financeiras sofreram acréscimo de R\$22,7 milhões (62,2%) em consequência de captações no decorrer do ano de 2015 do empréstimo de longo prazo que a Companhia tem firmado com o BNDES desde março de 2011, 2ª emissão de Debêntures ocorrida em abril de 2015 e captação de empréstimos mútuos e debêntures com a controladora Arteris S/A ocorridos no decorrer do exercício de 2015.

Prejuízo

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo de R\$41,4 milhões, em 2014 foi registrado prejuízo de R\$8 milhões. O prejuízo maior é justificado principalmente pela redução do tráfego já mencionada anteriormente, pelo aumento das despesas financeiras em decorrência dos empréstimos contratados, aumento dos custos operacionais, e também pelo aumento nos custos com amortização em decorrência da alteração da forma de amortização dos ativos intangíveis, que até 2014 eram amortizados pela curva de tráfego e a partir de 2015 passaram a ser amortizados pelo prazo remanescente de concessão.

Prejuízo (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Dívida Bruta	461,5	319,7	44,4%
Curto Prazo	22,7	34,0	-33,1%
Longo Prazo	438,8	285,7	53,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(14,4)	(16,3)	-11,8%
Dívida Líquida	447,1	303,4	47,4%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizava R\$461,5 milhões, apresentando aumento de R\$141,8 milhões (44,4%) maior em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e segunda emissão de Debêntures da Companhia. Os recursos dos referidos empréstimos foram utilizados nos investimentos na rodovia realizados pela Companhia no ano de 2015.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2015 em R\$447,1 milhões, apresentando aumento de R\$143,7 milhões em relação ao montante de R\$303,4 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 13,2x, ao final do exercício anterior esta relação era de 7,1x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$193,7 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previsto no contrato, dentre os quais vale destacar:

Manutenção de pavimento;

Manutenção de Sinalização Vertical e Horizontal;

Implantação de elementos de proteção e segurança “Defensa Metálica” e Melhorias de Seguranças nas Obras (Barreiras de Proteção nas Praças de Pedágio);

Manutenção de Terraplenos e Obras de Arte Especiais;

Projeto de reforço e alargamento de pontes;

Recuperação e melhoria do sistema de drenagem;

Duplicação Inclusive Obras de Artes Especiais;

Pistas Auxiliares Km 115 ao 117;
Trevo de Fazenda Rio Grande - PR;
Sistema de iluminação da rodovia;
Execução de ruas laterais município de Fazenda Rio Grande - PR;
Execução de ruas laterais município de Mandirituba - PR;
Execução de ruas laterais município de Mafra - SC;
Trevo em desnível município de Mafra - SC;
Implantação de terceiras faixas;
Sistema de controle de tráfego circuito fechado de TV CFTV;
Aquisição de painéis de mensagens variável - fixos;
Sistema de Controle de Velocidade e Altura.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

Descrição	2015	2014
Empregos diretos	364	271
Índice de rotatividade	6,60%	5,09%

No que concerne à diversidade, a Planalto Sul apresenta uma participação majoritária de 53,3% de homens, contra 46,7% de mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 56,6% dos profissionais. Vale mencionar que 19% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 16.655 horas de treinamento total, que contabiliza 46 horas per capita.

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove

projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que

eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo - SP e Florianópolis - SC. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Contador

Alexandre Pscheidt
CRC - SC 026791/O-5 S-PR